

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 453 - MT  
(2017/0261031-1)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
REQUERENTE : FLAVIA TORRES SANTOS  
ADVOGADO : GILMAR PEREIRA ROSA - MT012544  
REQUERIDO : UNIÃO

**DECISÃO**

*ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI. PEDIDO DEFERIDO POR MEIO DA PET 10.790-MT AGUARDANDO JULGAMENTO NA PRIMEIRA SEÇÃO. PARÂMETRO UTILIZADO PARA PAGAMENTO DE AUXÍLIO FINANCEIRO AOS ALUNOS DE CURSO DE FORMAÇÃO DAS CARREIRAS DA POLÍCIA FEDERAL. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM NA FORMA DO ART. 14, §§ 4o., 6o. e 9o. DA LEI 10.259/2001.*

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei apresentado por FLAVIA TORRES SANTOS, com fundamento no art. 14, caput e § 4o. da Lei 10.259/2001, contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos seguintes termos:

*INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. POLÍCIA FEDERAL. AUXÍLIO FINANCEIRO PERCEBIDO DURANTE PERÍODO DE CURSO DE FORMAÇÃO. VALOR DE 50% SOBRE A REMUNERAÇÃO DA CLASSE INICIAL DO CARGO. APLICAÇÃO DO ART. 14 DA LEI Nº 9.624/98. DECISÃO DA TURMA RECURSAL DE ORIGEM EM CONFRONTO COM A DECISÃO DA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.*

2. Em suas razões recursais, a peticionante defende o seu direito ao recebimento, por mês de participação no respectivo curso de formação, de 80% do subsídio inicial do cargo, conforme o Decreto-Lei 2.179/1984.

3. É o relatório.

4. Como ressaltado pela própria requerente, há idêntico pedido de uniformização (PET 10.790/MT), levado à apreciação da Primeira

# *Superior Tribunal de Justiça*

Seção dessa eg. Corte, atualmente aguardando o julgamento.

5. Assim, admitido pleito de uniformização sobre tema idêntico, e considerando as diretrizes de economia processual, os autos devem retornar à origem, permanecendo suspensos até a publicação de acórdão proferido na PET 10.790/MT; quando poderão ser apreciados pelas Turmas Recursais, que exercerão juízo de retratação ou os declararão prejudicados, na forma do art. 14, §§ 4o., 6o. e 9o., da Lei 10.259/2001.

6. Em face do exposto, determina-se a devolução dos autos à TNU, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão: (a) o Recurso Especial tenha seguimento negado, caso o julgamento recorrido esteja em conformidade com a orientação firmada pelo STJ, ou (b) para que ele seja provido, conforme o caso, quando o julgamento recorrido divergir do entendimento firmado nesta Corte Superior de Justiça, nos termos art. 1.036, § 5o. do CPC.

7. Publique-se.

8. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 29 de março de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR